



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY

PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL

ENCAMINHO A(S) COMISSÃO(ÕES)

*Justiça e Defesa Cidadã*

PARA PARECER

Presidente da CMP

PROJETO DE LEI Nº. 038

*“Institui no Município de Paraty o uso obrigatório de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por parte dos coletores de lixo (gari), e dá outras providências.”*

Faço saber que a Câmara Municipal de Paraty, **APROVOU** e eu, Prefeito Municipal de Paraty, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. – É obrigatório o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI aos coletores de lixo (gari), em consonância com a legislação federal, no âmbito do Município de Paraty.

Art. 2º. – O equipamento, de uso obrigatório, deverá conter dos seguintes itens: I - luvas de PVC, impermeáveis, resistentes, de cor clara, de preferência branca, antiderrapantes e de cano longo; II – calçado com solado antiderrapante, tipo tênis ou bota; III – calça e camisa de Brim e/ou macacão, sendo a camisa com manga no mínimo de 3/4 e de cor clara; IV – boné de cor clara; V – colete refletor para coleta noturna; VI – capa de chuva de plástico impermeável e de cor clara; VII – máscara respiratória, tipo semi-facial e impermeável; VIII – óculos com lente panorâmica, incolor de plástico resistente com armação flexível, com proteção lateral e válvulas para ventilação; e IX – protetor solar com fator determinado por exame médico, realizado, preferencialmente, por especialista em dermatologista.

Parágrafo Único – Os Equipamentos de Proteção Individual, os uniformes e os calçados, serão concedidos sem ônus para os garis.

Art. 3º. – A Empresa Coletora de lixo terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequar as normas de proteção individual.

06/06/16  
2

Art. 4º. – O não cumprimento implicará em multa diária a ser estabelecida pelo Poder Executivo para cada empregado sem algum item do Equipamento de Proteção Individual – EPI.

Art. 5º. - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 03 de Junho de 2016.

**Deilimar Barros da Silva**

**Vereador Autor**

06/06/16  
2